



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/05/2012

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. SEM ASSUNTO.....	3 - 10
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	11 - 14
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. SEM ASSUNTO.....	15 - 18
5. JORNAL EXTRA	
5.1. SEM ASSUNTO.....	19
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. SEM ASSUNTO.....	20 - 23
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. SEM ASSUNTO.....	24 - 30
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. SEM ASSUNTO.....	31 - 33
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. SEM ASSUNTO.....	34 - 44

▶ IMPERATRIZ

2ª Vara Criminal inicia série de sessões de júri

A 2ª Vara Criminal de Imperatriz inicia, nesta terça-feira (15), uma série de três júris que levam ao banco de réus acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Sob a presidência da titular da unidade, a juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, os julgamentos acontecem em Davinópolis (termo judiciário) e na sede da comarca. Neviton Oliveira da Silva, o "Pelé", 25 anos, é o réu do primeiro Tribunal do Júri, marcado para esta terça-feira, às 8h, na Câmara Municipal de Davinópolis. Ele responde pelo homicídio da mulher com quem era casado há cinco anos: Cristiane da Conceição Santos de Sousa, 24 anos. O crime aconteceu em 2011, na data comemorati-

va do Dia dos Namorados – 12 de junho –, quando o réu teria atingido a vítima com 32 facadas. O fato teria ocorrido após uma discussão entre Neviton e Cristiane, motivada por ciúmes do acusado. No segundo júri, na quarta-feira (16), quem vai a julgamento é Eurismar Cássio Gomes, 44 anos, sem profissão definida. No júri, que ocorrerá no Salão de Júri de Imperatriz, o acusado responderá pelo homicídio de Sebastião Ribeiro da Silva, 45 anos, lavrador.

No último júri da série, na quinta-feira (17), Antonio Rafael França Brito, 25 anos, pintor, responderá pela tentativa de homicídio contra Ednaldo Tavares de Sousa, 28 anos, sem profissão definida.

▶ EM CANA

Polinter prende autora de atentado contra marido

"Dadá", acusada de tentar matar o ex-marido, José Ernandes, em 2009, foi parar atrás das grades da Polinter, na Vila Palmeira. A prisão ocorreu nesta segunda-feira, 14, e foi resultado do cumprimento de um mandado de prisão preventiva contra Alidaiana Sousa Peixoto, conhecida como Dadá, de 35 anos.

O chefe de Captura da Polinter, Carlos Oliveira, disse que informações repassadas pelo serviço do Disque-Denúncia (3223-5800) apontaram a localização da acusada que se encontrava na residência do seu irmão, na Travessa Santa Júlia, nº 26, bairro Vila Palmeira.

Mas, conforme investigações da Delegacia Especializada, a acusada estava resi-

dindo atualmente em Brasília, no Distrito Federal. Dadá estava com um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

O CRIME

Sobre a tentativa de homicídio, a polícia levantou a informação que o crime teria ocorrido em 2009, quando a acusada desferiu uma profunda facada em seu ex-companheiro, José Ernandes, ocasião em que o mesmo quase veio a falecer. Após a prisão, Alidaiana Sousa foi ouvida na Delegacia. Logo depois do interrogatório foi encaminhada ao Presídio Feminino, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Polinter desarticula criminosos por tentativa de homicídio



Francimilton Lopes, o 'Boca'



Alidaiana Sousa, a 'Dadá'

PÁGINA 12

COMBATE AO CRIME

Polinter desarticula criminosos por tentativa de homicídio

Uma ação da equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter), na manhã de ontem (14), resultou no cumprimento de um mandado de prisão preventiva contra Alidaiana Sousa Peixoto, conhecida como "Dadá", 35 anos, acusada de tentar assassinar seu ex-companheiro José Ernandes, no ano de 2009.

De acordo com informações do chefe de Captura da Polinter, Carlos Oliveira, repassadas pelo serviço do Disque Denúncia (3223 5800), apontaram a localização da acusada que se encontrava na residência do seu irmão localizada na Travessa Júlia, nº 26, bairro Vila Palmeira.

Conforme investigações da Delegacia Especializada, a Alidaiana estava residindo atualmente em Brasília, no Distrito Federal. Ainda conforme investigações, a Polícia recebeu informações de que ela estaria na capital maranhense no mês maio, na residência de seu irmão. Com base nas informações, a Polícia conseguiu localizar e prender a acusada.

Dadá estava com um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa da 4ª Vara do Tribunal do Juri de São Luís.



Alidaiana Sousa, a 'Dadá'

TENTATIVA DE HOMICÍDIO - Sobre a tentativa de homicídio, a Polícia levantou a informação que o crime teria ocorrido no ano de 2009, quando a acusada desferiu uma facada em seu ex-companheiro, José Ernandes.

Após a prisão, Alidaiana Sousa foi ouvida na Delegacia. Logo depois do interrogatório foi encaminhada ao Presídio Feminino no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde aguardará a decisão judicial.



Francimilton Lopes, o 'Boca'

OUTRA PRISÃO - A outra detenção foi de Francimilton Lopes, conhecido como "Boca", 56 anos, residente na Rua da Fé em Deus, no bairro do João de Deus, ocorrida também, ontem (14), por volta das 12h.

Segundo informações, ele teria tentado matar com uma facada Marcelo Fernando de Sousa Castro, no ano de 2004, no bairro da Cohama.

De acordo com a Polícia, Francimilton Lopes fora

localizado próximo ao Instituto de Identificação, por meio de informações do Disque Denúncia, durante a manhã de ontem.

Contra o acusado existe um mandado de prisão preventiva pelo crime de tentativa de homicídio, expedido pela Juíza Ana Célia Santana, da 3ª Vara Criminal da Capital maranhense.

Francimilton foi levado a sede da Polinter, para posterior recambiamento ao Centro de Triagem em Pedrinhas.

Judiciário recupera prédios históricos no aniversário de São Luís

Casarões do século XIX, cujo padrão de construção foi concebido nos moldes da arquitetura luso-brasileira, estão entre os monumentos que serão recuperados este ano pelo Poder Judiciário do Maranhão e adaptados para a instalação de unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

PÁGINA 3

Judiciário recupera prédios históricos no aniversário de São Luís

Casarões do século XIX, cujo padrão de construção foi concebido nos moldes da arquitetura luso-brasileira, estão entre os monumentos que serão recuperados este ano pelo Poder Judiciário do Maranhão e adaptados para a instalação de unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

O projeto de revitalização, executado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, inclui quatro prédios de propriedade do Tribunal, a antiga sala das sessões plenárias e o relógio público do anexo do Palácio da Justiça, na Praça Pedro II. Os imóveis estão localizados na área de abrangência do Centro Histórico e urbano da capital e são protegidos por decretos de tombamento federal ou estadual.

O objetivo do projeto, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior é ampliar e melhorar a estrutura de atendimento do Poder Judiciário, e obter avanços qualitativos na prestação jurisdicional.

Ao autorizar as obras, o presidente exigiu o resgate criterioso da arquitetura original dos prédios. "Será uma homenagem do Judiciário a São Luís de quatro séculos de esplendor histórico", adianta.

Um dos imóveis com obras confirmadas é o Solar Cesário Veras, situado na Rua do Egito, nº 106, esquina com Beco do Couto (Rua Zaque Pedro), sobrado colonial que data do primeiro quartel do século XIX e leva o nome do último proprietário.

Na década de 70, o prédio foi ocupado pelo Escritório Técnico de Assistência aos Municípios (ETAM) e, mais tarde, pela Assembleia Legislativa. Hoje, sedia um dos centros administrativos do Tribunal.

Outro casarão colonial da Rua do Egito, nº 144-B, também é típico da arquitetura do período colonial, e será adaptado aos serviços administrativos da Justiça estadual. Esses dois prédios são integrados ao centro administrativo



**Guerreiro Júnior
inspeciona prédios a
serem recuperados**

do TJMA, que foi adquirido e reformado durante a gestão do presidente Jamil Gedeon.

Originalmente era um sobrado colonial, mas perdeu a configuração original por diversas alterações ao longo do tempo. Atualmente apresenta características modernas em sua fachada.

O terceiro prédio a ser recuperado fica na Rua da Estrela, nº 52, anexo ao Tribunal. Este corre o risco de desabamento total com a incidência das chuvas e será o primeiro a receber intervenções.

O ÚLTIMO CASARÃO - esquina da Rua dos Afogados com Rua Rio Branco, nº 404 -, em área tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual, está em uso por estacionamento clandestino e será desocupado nos próximos dias para dar lugar aos serviços de reforma.

O investimento nas obras será da ordem de R\$4 milhões da receita do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

A destinação das novas instalações está sendo avaliada pela administração do Tribunal, mas deverá contemplar espaço para atividades administrativas, como o atendimento aos encarcerados.

"Outros setores serão acomodados nos novos prédios até a construção da nova sede do Tribunal", informa diretor de Engenharia do Tribunal, Rui Barbosa Lima Sobrinho.

AS GALINHAS DOS OVOS DE OURO

É como passaram a ser conhecidas as prefeituras em que os seus gestores são retirados dos cargos pela justiça e em seguida retornam por outra decisão judicial. E no vai e vem é que advogados comemoram e os interesses vão além do que se imagina com o volume de recursos gastos. Seria hipocrisia dizer que os honorários advocatícios e outros gastos complementares são honrados pelos próprios interessados. Infelizmente os cofres públicos são os únicos afetados.

Casais oficializam a união em Porto Rico e Apicum-Açu, com a presença do corregedor

Na última sexta-feira (11), dois Casamentos Comunitários foram realizados na Baixada Maranhense: o primeiro foi em Porto Rico, Termo Judiciário de Cedral, e o segundo em Apicum-Açu, Termo Judiciário de Bacuri. O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, aproveitou a oportunidade para participar das cerimônias e visitar as comarcas.

PÁGINA 3

Casais oficializam a união em Porto Rico e Apicum-Açu, com a presença do corregedor

Na última sexta-feira (11), dois Casamentos Comunitários foram realizados na Baixada Maranhense: o primeiro foi em Porto Rico, Termo Judiciário de Cedral, e o segundo em Apicum-Açu, Termo Judiciário de Bacuri. O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, aproveitou a oportunidade para participar das cerimônias e visitar as comarcas.

Com um salão repleto de casais prontos dizerem o "sim" diante do juiz, o Casamento Comunitário de Porto Rico reuniu centenas de moradores do município. Foram 106 nubentes afirmando o desejo de passarem a vida um do lado do outro, perante a lei. A juíza Marcela Lobo, titular de Cedral, foi quem comandou a cerimônia.

"É muito emocionante e gratificante poder proporcionar momentos como este a essas pessoas que querem firmar o compromisso de amor e de felicidade. Estes estão sendo os primeiros Casamentos Comunitários que realizo na comarca e é uma experiência única", comentou a juíza, que na quinta-feira (10), uniu 67 casais em Cedral, sede da comarca.

O desembargador Cleones Cunha encerrou o Casamento Comunitário de Porto Rico desejando uma vida de companheirismo para os casais.



Cleones Cunha entre juizes e casais no interior

"Além de muita felicidade, desejo aos casais que tenham uma vida de harmonia, o marido respeitando a esposa, a esposa respeitando o marido, para que seja uma união duradoura", declarou.

Também participaram do Casamento Comunitário de Porto Rico os juizes Paulo de Assis Ribeiro, titular da Comarca de Guimarães, e Gisa Fernanda Nery Mendonça de Sousa, titular da Comarca de Mirinzal.

Em Apicum-Açu, o Casamento Comunitário reuniu parentes e amigos de 27 casais, que tiveram direito a marcha nupcial e entrada em tapete vermelho. Muitos envergonhados, outros bastante animados, os nubentes estavam com a felicidade

estampada no rosto. "É com felicidade que estamos realizando esses casamentos, momento pelo qual muitos deles aguardam durante anos", comentou o juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da Comarca de Bacuri, responsável pelo Casamento Comunitário.

Além da participação do corregedor-geral Cleones Cunha, a cerimônia contou com o trabalho dos juizes Marcela Lobo e Paulo de Assis Ramos.

TRABALHO - Além de marcar presença nas duas cerimônias, o corregedor-geral Cleones Cunha visitou os fóruns e conversou com os juizes sobre a prestação jurisdicional nas duas comarcas. O cenário encontrado

pelo desembargador foi bastante positivo, rendendo elogios públicos aos dois juizes durante os casamentos.

"Encontramos um trabalho organizado, bem estruturado, o que reflete o compromisso dos juizes com as demandas de suas comarcas. É gratificante ver que a população desses municípios está satisfeita com o trabalho dos magistrados e que eles se dedicam para oferecer a melhor prestação jurisdicional possível", afirmou o corregedor-geral da Justiça.

Tanto em Cedral, quanto em Bacuri, Cleones Cunha conheceu as instalações dos fóruns, conversou com servidores e reuniu-se com os juizes titulares para avaliar a produtividade e operosidade. "Temos avaliações muito positivas, animadoras. Principalmente, quando encontramos fóruns bem estruturados, equipamentos em pleno funcionamento para a gravação de audiências e outros detalhes que fazem diferença na atividade diária das comarcas", destacou o corregedor.

Durante a viagem, o desembargador Cleones Cunha também parou para conhecer as Serventias Extrajudiciais de Mirinzal e Cedral e fez uma visita à delegacia de Cedral, onde conversou com os detentos e avaliou a situação da carceragem.

Soluções buscadas!

O deputado Antônio Pereira (DEM) - membro da comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa - prometeu ontem que vai acionar o Congresso Nacional, o Tribunal da Justiça, o Incra, o Ibama e o Iterma, para resolver o problema fundiário enfrentado por cerca de 500 pessoas de 100 famílias de lavradores dos município de Vila Nova dos Martírios, despejados das terras onde viviam e trabalhavam há mais de 30 anos pela mineradora Vale e pela Suzano Celulose.

Decisão tomada

A decisão foi tomada depois que Antônio Pereira participou, na última quinta-feira (10), no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do município de Vila Nova dos Martírios, da uma grande audiência pública promovida, a seu pedido, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente da Comissão, deputado Bira do Pindaré (PT), que acatou a iniciativa. Durante a audiência, o democrata foi informado que as famílias, que antes moravam e trabalhavam nos povoados "Deus Proteja" e Cuverlândia, estão passando necessidades e jogadas na rua. Os lavradores denunciaram que foram expulsos porque a Vale e a Suzano alegam a posse da terra.

JUSTIÇA

TJ revitaliza prédios históricos para sediar novas instalações

O projeto de revitalização, executado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, inclui quatro prédios de propriedade do Tribunal, a antiga sala das sessões plenárias e o relógio público do anexo do Palácio da Justiça, na Praça Pedro II. Os imóveis estão localizados na área de abrangência do Centro Histórico e urbano da capital e são protegidos por decretos de tombamento federal ou estadual.

O objetivo do projeto, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior é ampliar e melhorar a estrutura de atendimento do Poder Judiciário, e obter avanços qualitativos na prestação jurisdicional.

Ao autorizar as obras, o presidente exigiu o resgate criterioso da arquitetura original dos prédios. "Será uma homenagem do Judiciário a São Luís de quatro séculos de esplendor histórico", adianta.

Um dos imóveis com obras confirmadas é o Solar Cesário Veras, situado na Rua do Egito, nº 106, esquina com Beco do Couto (Rua Zaque Pedro), sobrado colonial que data do primeiro quartel do século XIX e leva o nome do último proprietário.

Na década de 70, o prédio foi ocupado pelo Escritório Técnico de Assistência aos Municípios (ETAM) e, mais tarde, pela Assembleia Legislativa. Hoje, sedia um dos centros administrativos do Tribunal.

Outro casarão colonial da Rua do Egito, nº 144-B, também é típico da arquitetura do período colonial, e será adaptado aos serviços administrativos da Justiça estadual. Esses dois prédios são integrados ao centro administrativo do TJMA, que foi adquirido e reformado durante a gestão do presidente Jamil Gedeon.

Originalmente era um sobrado colonial, mas perdeu a configuração original por diversas alterações ao longo do tempo. Atualmente apresenta características modernas em sua fachada.

O terceiro prédio a ser recuperado fica na Rua da Estrela, nº 52, anexo ao Tribunal. Este corre o risco de desabamento total com a incidência das chuvas e será o primeiro a receber intervenções.

O último casarão - esquina da Rua dos Afogados com Rua Rio Branco, nº 404 -, em área tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual, está em uso por estacionamento clandestino e será desocupado nos próximos dias para dar lugar aos serviços de reforma.

O investimento nas obras será da ordem de R\$ 4 milhões da receita do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

A destinação das novas instalações está sendo avaliada pela administração do Tribunal, mas deverá contemplar

espaço para atividades administrativas, como o atendimento aos encarcerados.

"Outros setores serão acomodados nos novos prédios até a construção da nova sede do Tribunal", informa diretor de Engenharia do Tribunal, Rui Barbosa Lima Sobrinho.

Preservação do patrimônio - A recuperação de imóveis incluídos no patrimônio histórico e urbanístico de São Luís coincide com as comemorações dos 400 anos de aniversário a cidade, em setembro deste ano.

"Com isso também incentivamos a preservação do patrimônio histórico de São Luís, o maior conjunto arquitetônico de padrão colonial fora de Portugal", acrescenta Guerreiro Júnior.

Os projetos de arquitetura elaborados pela diretoria de Engenharia do Tribunal estão sob análise do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em relação aos prédios sob interferência da União.

O Tribunal de Justiça começa esta semana a reforma do imóvel da Rua da Estrela. As outras obras têm início também previsto para este mês.

SAÚDE

Corregedor e Comitê discutem sobre demandas processuais no setor



Desembargador Cleones Cunha recebeu em seu gabinete o Comitê de Monitoramento de Demandas em Saúde

No fim da manhã de ontem, segunda-feira, 14, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, reuniu em seu gabinete alguns integrantes do Comitê de Monitoramento das Demandas em Saúde, do qual fazem parte os juízes João Santana Sousa (coordenador) e Raimundo Neris, bem como o secretário de Estado da Saúde, Ricardo Murad. A reunião foi convocada pelo corregedor na semana passada.

O objetivo do encontro foi colocar para o corregedor-geral da Justiça as dificuldades e os desafios diários que tanto juízes, como autoridades enfrentam diariamente para atender à demanda judicial voltada para a Saúde, como fornecimento de remédios, tratamentos, internações, entre outras. "São muitos detalhes nesses casos relacionados à Saúde. Muitas vezes a decisão judicial não corresponde com a realidade e decidimos até sem a informação técnica necessá-

ria para determinados casos", comentou o juiz Raimundo Neris.

O secretário Ricardo Murad ressaltou esses problemas, mostrando que em muitos casos, a pessoa que recorre à Justiça não sabe, exatamente, de quem é a competência e acaba recorrendo ao Estado. "A pessoa não quer saber se a competência é federal, municipal ou estadual. Simplesmente aciona o Estado porque é o que está ali, mais próximo, dando uma resposta mais ágil. Em alguns

casos temos realmente nos negado a cumprir a decisão porque não é nossa competência e não temos como agir. Quando o compromisso é conosco, prontamente atendemos a decisão", disse Murad.

Um dos recursos que poderiam amenizar os problemas judiciais relacionados à Saúde, segundo o comitê, é a criação de uma comissão de Saúde que atuaria como consultora, esclarecendo os casos dispostos nas ações e, facilitando assim, o juiz a decidir com mais precisão. Uma comissão semelhante está em pleno funcionamento em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ).

"O que podemos definir agora é a ida do juiz Raimundo Neris a uma dessas cidades para acompanhar o trabalho da comissão e ver como ela funciona. Com o resultado disso, podemos analisar a possibilidade de criarmos uma, desde que atenda à nossa realidade", frisou Cleones Cunha.

Para ele, outro passo importante é o esboço de um provimento para disciplinar a atuação dos juízes em casos relacionados à Saúde. "Os juízes João Santana e Raimundo Neris podem pensar em uma minuta, trazê-la para mim e avaliarmos conjuntamente o seu teor, discutindo com todo o comitê, a fim de termos um acordo", completou.

Deputado busca solução para questão fundiária

O deputado Antônio Pereira (DEM) - membro da comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa - prometeu nesta segunda-feira (14) que vai acionar o Congresso Nacional, o Tribunal da Justiça, o Incra, o Ibama e o Iterma, para resolver o problema fundiário enfrentado por cerca de 500 pessoas de 100 famílias de lavradores dos município de Vila Nova dos Martírios, despejados das terras onde viviam e trabalhavam há mais de 30 anos pela mineradora Vale e pela Suzano Celulose.

A decisão foi tomada depois que Antônio Pereira participou, na última quinta-feira (10), no

Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do município de Vila Nova dos Martírios, da uma grande audiência pública promovida, a seu pedido, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente da Comissão, deputado Bira do Pindaré (PT), que acatou a iniciativa.

Durante a audiência, o democrata foi informado que as famílias, que antes moravam e trabalhavam nos povoados "Deus Proteja" e Cuverlândia, estão passando necessidades e jogadas na rua. Os lavradores denunciaram que foram expulsos porque a Vale e a Suzano alegam a posse da terra.

Alegam que as empresas deveriam conceder compensação para todas as famílias. "Vamos mediar e tentar resolver esse impasse, que traz graves problemas sociais para Vila Nova dos Martírios", afirmou o deputado.

O ex-prefeito de Vila Nova dos Martírios, João Pinto, reclamou que a Vale e a Suzano trouxeram grandes problemas sociais para Vila Nova dos Martírios, principalmente para as comunidades rurais, que agora protagonizam cenas de despejo de lavradores de suas casas e destruição das plantações, que serviam de sustento para milhares de pessoas. "O Incra e o Ibama deviam

defender os lavradores, mas multaram a associação em R\$ 50 mil", declarou.

PRESENTES

Também participaram da audiência Pública o prefeito de Vila Nova dos Martírios, Wellington Moreira Pinto (PR), a presidente da Câmara de Vila Nova dos Martírios, Maria Sousa, o advogado dos posseiros, Amadeus Pereira, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Nova dos Martírios, Natal Silva, o representante da Igreja Católica, Francisco de Souza, e centenas de populares. Todos pediram a mobilização dos poderes constituídos em favor das famílias de lavradores.

VILA PALMEIRA

Ação da Polinter desarticula criminosos por tentativa de homicídio

Uma ação da equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter), na manhã de ontem resultou no cumprimento de um mandado de prisão preventiva contra Alidaiana Sousa Peixoto, conhecida como "Dadá", 35 anos, acusada de tentar assassinar seu ex-companheiro José Ernandes, no ano de 2009.

De acordo com informações do chefe de Captura da Polinter, Carlos Oliveira, repassadas pelo serviço do Disque Denúncia (3223 5800), apontaram a localização da acusada que se encontrava na residência do seu irmão localizada na Travessa Júlia, nº 26, bairro Vila Palmeira.

Conforme investigações da Delegacia Especializada, a Alidaiana estava residindo atualmente em Brasília, no Distrito Federal. Ainda conforme investigações, a Polícia recebeu informações de que ela estaria na capital maranhense no mês maio, na residência de seu irmão. Com base nas informações, a Polícia conseguiu lo-

calizar e prender a acusada.

Dadá estava com um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

Tentativa de homicídio

Sobre a tentativa de homicídio, a Polícia levantou a informação que o crime teria ocorrido no ano de 2009, quando a acusada desferiu uma facada em seu ex-companheiro, José Ernandes.

Após a prisão, Alidaiana Sousa foi ouvida na Delegacia. Logo depois do interrogatório foi encaminhada ao Presídio Feminino no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde aguardará a decisão judicial.

Outra prisão

A outra detenção foi de Francimilton Lopes, conhecido como "Boca", 56 anos, residente na Rua da Fé em Deus, no bairro do João de Deus, ocorrida também, nesta segunda-feira (14), por volta das 12h.

Segundo informações, ele teria tentado matar com uma

facada Marcelo Fernando de Sousa Castro, no ano de 2004, no bairro da Cohama.

De acordo com a Polícia, Francimilton Lopes fora localizado próximo ao Instituto de Identificação, por meio de informações do Disque Denúncia, durante a manhã de segunda-feira.

Contra o acusado existe um mandado de prisão preventiva pelo crime de tentativa de homicídio, expedido pela Juíza Ana Célia Santana, da 3ª Vara Criminal da Capital maranhense.

Francimilton foi levado a sede da Polinter, para posterior recambiamento ao Centro de Triagem em Pedrinhas.

Comarca de Imperatriz inicia hoje sessões de julgamento de três réus

Divulgação

O primeiro a ser julgado responde pela morte da companheira, ocorrida em João Lisboa

IMPERATRIZ - A 2ª Vara Criminal de Imperatriz inicia, hoje, uma série de júris que levam ao banco de réus acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Sob a presidência da titular da unidade, a juíza Suelly de Oliveira Santos Feitosa, os julgamentos acontecem em Davinópolis (termo judiciário) e na sede da comarca. Neilton Oliveira da Silva, o *Pelé*, de 25 anos, é o réu da primeira sessão do Tribunal do Júri, marcado para hoje, às 8h, na Câmara Municipal de Davinópolis. Ele responde pelo homicídio da mulher com quem era casado há cinco anos: Cristiane da Conceição Santos de Sousa, de 24 anos.

O crime aconteceu em 2011, na data comemorativa do Dia dos Namorados - 12 de junho -, quando o réu teria atingido a vítima com 32 facadas. O fato teria ocorrido após uma discussão entre Neilton e Cristiane, motivada por ciúmes do acusado. Segundo a juíza Suelly Feitosa, a data e a violência do ato causaram grande comoção na população. Para resguardar a integridade física do preso e dos demais presentes, a magistrada pediu reforço policial para o julgamento. Neilton encontra-se preso.

Faca - No segundo júri, amanhã, quem vai a julgamento é Eurismar Cássio Gomes, de 44 anos, sem profissão definida. No júri, que ocorrerá no Salão de Júri de Imperatriz, o acusado responderá pelo homicídio do lavrador Sebastião Ribeiro da Silva, de 45 anos. Segundo consta dos autos, no dia 17 de dezembro de 2001 Eurismar atingiu a vítima com um golpe de faca no abdômen e não continuou devido à intervenção de terceiros.

Transportado para um hospital, Sebastião morreu no dia 25 de dezembro. Eurismar encontra-se foragido.

Ciúmes - No último júri, na quinta-feira, Antônio Rafael França Brito, 25 anos, pintor, responderá pe-



Juíza Suelly de Oliveira Santos

Nova lei

"Essa é a primeira sessão de júris a ocorrer depois da alteração da lei e a partir da qual a competência de júri voltou para as Varas Criminais", diz Suelly Feitosa, que ressaltou, também, a gravação audiovisual das audiências, que, segundo ela, é um procedimento adotado há mais de dois anos pelos juízes criminais de Imperatriz. Para a magistrada, além de agilizar o trabalho, a gravação garante a fidedignidade dos depoimentos.

la tentativa de homicídio contra Ednaldo Tavares de Sousa, de 28 anos, sem profissão definida. Consta do processo que no dia 28 de março de 2010, por volta das 2h, Ednaldo encontrava-se em casa com a companheira, identificada como Edinamaria, quando o réu chegou à casa do casal batendo na porta. Ante a negativa do casal em atendê-lo, Antônio Rafael teria invadido o imóvel.

Com uma faca de aproximadamente 30 cm, o réu teria aplicado um golpe na vítima, que reagiu com uma paulada. Os dois entraram em luta corporal, quando o acusado aplicou outros sete golpes de faca em Ednaldo e fugiu. Segundo o processo, o crime teria sido motivado por ciúmes - Edinamaria teria terminado um relacionamento com Antônio Rafael para começar outro com Ednaldo.

Ricardo Murad discute judicialização da saúde pública com magistrados

Secretário de Saúde discute as demandas judiciais com o corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha; foi proposta a realização de um seminário

A necessidade de maior interação com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública para diminuir as demandas judiciais na área da saúde foi discutida ontem em reunião do secretário de Estado da Saúde, Ricardo Murad, com o corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha.

No encontro, foi proposta a realização de um seminário, voltado para defensores, promotores de Justiça e juízes, para discutir as atribuições do poder público – nas esferas federal, estadual e municipal – na assistência à saúde da população.

Da reunião participaram membros do comitê estadual de monitoramento das demandas judiciais na área da saúde: os juízes João Santana e Raimundo Neris; a defensora pública Isabel Cristina Araújo Sousa; e os gestores Sílvia Leite e Egídio Ribeiro, representando a Secretaria de Estado da Saúde (SES). O comitê foi criado em todos os estados por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Entendemos que é preciso ampliar o debate sobre a saúde pública, para que todos tenham amplo conhecimento sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Hoje, todas as demandas judiciais estão voltadas para o Estado, apesar das atribuições conferidas à União e aos municípios”, disse o secretário Ricardo Murad.

Casos - No encontro, os juízes João Santana e Raimundo Ne-



Os juízes Raimundo Neris e João Santana, secretário Ricardo Murad e o corregedor do TJMA, Cleones Cunha

“Entendemos que é preciso ampliar o debate sobre a saúde pública, para que todos tenham amplo conhecimento sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde”

Ricardo Murad, secretário de Estado da Saúde

ris citaram diversos casos em que tomaram decisões contra o Estado, com relação ao forne-

cimento de medicamentos de alto custo e a tratamentos de alta complexidade, inclusive pa-

ra atender pacientes que tiveram atendimento negado pelos planos de saúde. Eles concordaram que é preciso haver uma maior articulação entre as instituições envolvidas para melhor embasar as demandas judiciais. “Cabe a nós encontrarmos o melhor caminho para atender às necessidades da população”, disse João Santana.

O corregedor Cleones Cunha disse que a Corregedoria está à disposição do Estado para encontrar soluções para as questões judiciais que envolvem a saúde. Ricardo Murad aproveitou o encontro para convidar os magistrados a conhecerem as unidades da rede estadual de saúde.

Judiciário

As comarcas de Tasso Fragoso e São Francisco do Maranhão estão recebendo novos links de dados para agilizar os procedimentos nas secretarias judiciais e no atendimento ao público que recorre diariamente à Justiça. Em ambas as unidades, a velocidade de acesso à internet, serviços e sistemas do Judiciário está quatro vezes maior em relação à capacidade anterior. A medida reduz as dificuldades de comunicação nas duas comarcas, que estão nas regiões mais distantes da sede do Judiciário.

Juízes são empossados em municípios do Maranhão

ITAPECURU-MIRIM - O juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros já foi empossado na 3ª Vara de Itapecuru-Mirim, assim como os juízes Joscelmo Sousa Gomes e Mirela César Freitas na 3ª Vara de Bacabal e na Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, respectivamente.

Gustavo Medeiros era titular da 1ª Vara de Barra do Corda e foi removido para a nova comarca pelo critério de antiguidade. A remoção foi aprovada em sessão plenária administrativa de 18 de abril.

O magistrado ingressou na magistratura em 1997 e foi titularizado em Timbiras. Em Barra do Corda trabalhou nove anos. Na 1ª vara da comarca tramitam cerca de 7.000 processos e, segundo o juiz, todos cadastrados no Sistema Themis, o que facilita os trabalhos de consulta dos advogados.

“A mudança sempre é importante e dá novo ânimo ao nosso

trabalho. Na comarca de Itapecuru-Mirim continuarei respeitando o jurisdicionado”, disse o juiz.

Joscelmo Gomes ingressou na magistratura em 2003, como juiz substituto em São Domingos do Maranhão. Foi titularizado em Maracaçumé e, por último, atuou como juiz de entrância intermediária, exercendo função em entrância inicial na Comarca de Cândido Mendes.

Em Cândido Mendes, o magistrado sentenciou aproximadamente 4 mil processos e deixou em tramitação cerca de 1.600, apresentando grau de operosidade de 101%.

Mirela Freitas iniciou na magistratura desde 2009 e atuou como juíza titular nas comarcas de Pastos Bons e Paraibano. Nessa última, desde maio de 2010, promoveu casamentos comunitários, mutirões previdenciários e implantou programas.

Portaria suspende atendimento na 3ª vara de Ribamar

Portaria editada pelo titular da 3ª vara da comarca de São José de Ribamar, juiz Márcio José Matos Costa, suspende o atendimento a

advogados e partes no período de 21 a 25 do corrente.

De acordo com o documento, a suspensão atende à necessidade de cumprimento de grande número

de decisões existentes na vara, bem como à organização na movimentação e localização de processos.

Tramitam atualmente na unidade 2116 processos, segundo dados do Relatório Mensal de Atividades - RMA do mês de abril.

POLINTER

Ação desarticula criminosos por tentativa de homicídio

Uma ação da equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter), na manhã de ontem (14), resultou no cumprimento de um mandado de prisão preventiva contra Alidaiana Sousa Peixoto, conhecida como "Dadá", 35 anos, acusada de tentar assassinar seu ex-companheiro José Ernandes, no ano de 2009.

De acordo com informações do chefe de Captura da Polinter, Carlos Oliveira, repassadas pelo serviço do Disque Denúncia (3223 5800), apontaram a localização da acusada que se encontrava na residência do seu irmão localizada na Travessa Júlia, nº 26, bairro Vila Palmeira.

Conforme investigações da Delegacia Especializada, a Alidaiana estava residindo atualmente em Brasília, no Distrito Federal. Ainda conforme investigações, a Polícia recebeu informações de que ela estaria na capital maranhense no mês maio, na residência de seu irmão. Com base nas informações, a Polícia conseguiu localizar e prender a acusada.

Dadá estava com um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

Tentativa de homicídio - Sobre a tentativa de homicí-

dio, a Polícia levantou a informação que o crime teria ocorrido no ano de 2009, quando a acusada desferiu uma facada em seu ex-companheiro, José Ernandes.

Após a prisão, Alidaiana Sousa foi ouvida na Delegacia. Logo depois do interrogatório foi encaminhada ao Presídio Feminino no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde aguardará a decisão judicial.

Outra prisão - A outra detenção foi de Francimilton Lopes, conhecido como "Boca", 56 anos, residente na Rua da Fé em Deus, no bairro do João de Deus, ocorrida também, nesta segunda-feira (14), por volta das 12h.

Segundo informações, ele teria tentado matar com uma facada Marcelo Fernando de Sousa Castro, no ano de 2004, no bairro da Cohama.

De acordo com a Polícia, Francimilton Lopes fora localizado próximo ao Instituto de Identificação, por meio de informações do Disque Denúncia, durante a manhã desta segunda-feira.

Contra o acusado existe um mandado de prisão preventiva pelo crime de tentativa de homicídio, expedido pela Juíza Ana Célia Santana, da 3ª Vara Criminal da Capital maranhense.

Francimilton foi levado a sede da Polinter, para posterior recambiamento ao Centro de Triagem em Pedrinhas.

Federalização das investigações da morte de Décio Sá

A comissão de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal, vai pedir a federalização das apurações do assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido em 23 de abril passado, em um restaurante na av. Litorânea em São Luís. Segunda nota da CDHM, a federalização se faz necessário devido a existência de diversos crimes antigos e recentes sem elucidação envolvendo empresários, políticos, lideranças sindicais, gente simples do povo e agora jornalista com característica de crimes de pistolagem e tendo em vista a forma cruel e atrevida com o jornalista Décio Sá foi executado, a Comissão diligente encaminhará sugestão à Comissão de Direitos Humanos para representar aos órgãos competentes pela solicitar a **FEDERALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES** do assassinato do jornalista, bem como lutar para aprovação de legislação que federaliza os crimes contra os direitos humanos e a liberdade de imprensa. Os deputados agradeceram a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e a imprensa maranhense pela colaboração nas informações prestada à Comissão.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO

Tribunal de Justiça recupera prédios históricos

Casarões do século XIX, com padrão de arquitetura concebido nos moldes da arquitetura luso-brasileira, estão entre os monumentos que serão recuperados este ano pelo Poder Judiciário do Maranhão e adaptados para a instalação de unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

O projeto de revitalização, executado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, inclui quatro prédios de propriedade do Tribunal, a antiga sala das sessões plenárias e o relógio público do anexo do Palácio da Justiça, na Praça Pedro II. Os imóveis estão localizados na área de abrangência do Centro Histórico e urbano da capital e são protegidos por decretos de tombamento federal ou estadual.

O objetivo do projeto, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior é ampliar e melhorar a estrutura de atendimento do Poder Judiciário, e obter avanços qualitativos na prestação jurisdicional.

Ao autorizar as obras, o presidente exigiu o resgate criterioso da arquitetura original dos prédios. "Será uma

homenagem do Judiciário a São Luís de quatro séculos de esplendor histórico", adianta.

O primeiro imóvel com obras confirmadas é o Solar Cesário Veras (Rua do Egito, nº 106, esquina com Beco do Couto). Estão ainda na lista casarões na Rua do Egito, nº 144-B; e na esquina da Rua dos Afogados com Rua Rio Branco, nº 404; e imóvel na Rua da Estrela, nº 52, anexo ao Tribunal.

O investimento nas obras será da ordem de R\$ 4 milhões da receita do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

A destinação das novas instalações está sendo avaliada pela administração do Tribunal, mas deverá contemplar espaço para atividades administrativas, como o atendimento aos encarcerados.

"Outros setores serão acomodados nos novos prédios até a construção da nova sede do Tribunal", informa diretor de Engenharia do Tribunal, Rui Barbosa Lima Sobrinho.

A recuperação de imóveis incluídos no patrimônio histórico e urbanístico de São Luís coincide com as comemorações dos 400 anos de aniver-



Os imóveis estão localizados na área de abrangência do Centro Histórico

sário a cidade, em setembro deste ano.

O Tribunal de Justiça começa esta semana a re-

forma do imóvel da Rua da Estrela. As outras obras têm início também previsto para este mês.

• Casamento comunitário

Na última sexta-feira (11), dois Casamentos Comunitários foram realizados na Baixada Maranhense: o primeiro foi em Porto Rico, Termo Judiciário de Cedral, e o segundo em Apicum-Açu, Termo Judiciário de Bacuri. O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, aproveitou a oportunidade para participar das cerimônias e visitar as comarcas. Com um salão repleto de casais prontos dizerem o "sim" diante do juiz, o Casamento Comunitário de Porto Rico reuniu centenas de moradores do município. Foram 106 nubentes afirmando o desejo de passarem a vida um do lado do outro, perante a lei. A juíza Marcela Lobo, titular de Cedral, foi quem comandou a cerimônia.

• União

Em Apicum-Açu, o Casamento Comunitário reuniu parentes e amigos de 27 casais, que tiveram direito a marcha nupcial e entrada em tapete vermelho. Muitos envergonhados, outros bastante animados, os nubentes estavam com a felicidade estampada no rosto. "É com felicidade que estamos realizando esses casamentos, momento pelo qual muitos deles aguardam durante anos", comentou o juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da Comarca de Bacuri, responsável pelo Casamento Comunitário. Além da participação do corregedor-geral Cleones Cunha, a cerimônia contou com o trabalho dos juízes Marcela Lobo e Paulo de Assis Ramos.

• Trabalho

Além de marcar presença nas duas cerimônias, o corregedor-geral Cleones Cunha visitou os fóruns e conversou com os juízes sobre a prestação jurisdicional nas duas comarcas. O cenário encontrado pelo desembargador foi bastante positivo, rendendo elogios públicos aos dois juízes durante os casamentos. Tanto em Cedral, quanto em Bacuri, Cleones Cunha conheceu as instalações dos fóruns, conversou com servidores e reuniu-se com os juízes titulares para avaliar a produtividade e operosidade. "Temos avaliações muito positivas, animadoras. Principalmente, quando encontramos fóruns bem estruturados, equipamentos em pleno funcionamento para a gravação de audiências e outros detalhes que fazem diferença na atividade diária das comarcas", destacou o corregedor.

AGRESSÃO

Polinter prende suspeita de atentado

"Dada", acusada de tentar matar o ex-marido, José Ernandes, no ano de 2009, vai parar atrás das grades da Polinter, na Vila Palmeira. A prisão ocorreu ontem e foi resultado do cumprimento de um mandado de prisão preventiva contra Alidaiana Sousa Peixoto, a famosa Dadá, de 35 anos.

O chefe de Captura da Polinter, Carlos Oliveira, disse que informações repassadas pelo serviço do Dis-

que Denuncia (3223 5800) apontaram a localização da acusada que se encontrava na residência do seu irmão, localizada na Travessa Júlia, nº 26, bairro Vila Palmeira.

Mas, conforme investigações da Delegacia Especializada, a acusada estava residindo atualmente em Brasília, no Distrito Federal. Dadá estava com um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa da 4ª

Vara do Tribunal do Júri de São Luis.

O CRIME

Sobre a tentativa de homicídio, a polícia levantou a informação que o crime teria ocorrido no ano de 2009, quando a acusada desferiu uma profunda facada em seu ex companheiro, José Ernandes, ocasião em que o mesmo quase veio a falecer. Após a prisão, Alidaiana Sousa foi ouvida na Delegacia. Logo depois

2009

Foi o ano em que Alidaiana Sousa Peixoto desferiu um golpe de faca no ex-marido, José Ernandes

do interrogatório foi encaminhada ao Presídio Feminino no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. (IA)

Vagas no TJ (1)

Os doze juízes que vão disputar, amanhã, no Tribunal de Justiça a vaga de merecimento já estão devidamente perfilados pela Corregedoria Geral de Justiça. A outra vaga de desembargador a ser preenchida pelo critério de antiguidade – até provar em contrário – caberá ao juiz Vicente de Paula Gomes, que atua na Justiça Militar. Depois, a disputa pela terceira vaga se dará entre advogados da OAB-MA.

Vagas no TJ (2)

Ontem foi publicado pela OAB-MA, no Diário Oficial, o edital de inscrição na lista sêxtupla constitucional, para o preenchimento à vaga de desembargador do TJ. O prazo de inscrição é de 15 dias. Os candidatos advogados precisam ter, no mínimo, dez anos de carreira (exercício profissional), notório saber jurídico e reputação ilibada. Os seis nomes mais votados serão encaminhados ao Tribunal de Justiça, que reduzirá a lista para três e encaminhará à governadora para a nomeação do desembargador.

■ OAB/MA

Aberta inscrição para Quinto

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, (OAB/MA), publicou ontem o edital para inscrição do processo seletivo para a formação da lista sêxtupla constitucional com intuito de preencher a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/MA). O prazo de inscrição é de 15 dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação. Os advogados interessados terão o prazo de 20 dias para se inscreverem.

O ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão foi entregue ao presidente Mário Macieira da seccional da OAB em 20 de abril. No documento foi comunicando a existência da vaga de desembargador, pelo Quinto Constitucional e solicitada a elaboração da lista sêxtupla, que deverá ser enviada pelo Conselho Seccional da Ordem para o preenchimento da vaga.

Pelo documento, a vice-presidente do TJ/MA, desembargadora Maria dos Remédios Buna, informou ainda que a vaga de desembargador para a OAB-MA foi decidida durante reunião



Advogado Mário Macieira, presidente da seccional maranhense da OAB

plenária, ocorrida no dia 18 de abril, e em conformidade com o artigo 37 do Regimento Interno do Tribunal.

A vaga destinada à OAB-MA deverá ser ocupada após elaboração da lista sêxtupla pela Seccional Maranhense. A lista deve ser acompanhada dos documentos probatórios das exigências constitucionais e

do currículo de seus integrantes. Recebida a lista, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, designará sessão para o plenário escolher a lista tríple a ser encaminhada ao chefe do Executivo Estadual, a governadora Roseana Sarney, que escolherá o desembargador.

Exército pr

O Quinto Constitucional é previsto no artigo 94 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo um dispositivo que prevê que um quinto) dos membros de determinados tribunais brasileiros - quais sejam, Tribunais de Justiça estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios (TRF, TST, TRT) sejam compostos por advogados e membros do Ministério Público. Para tanto, os candidatos integrantes tanto do Ministério Público quanto da OAB precisam ter, no mínimo, dez anos de carreira ("exercício profissional", no caso dos advogados), notório saber jurídico e reputação ilibada.

✓ VARA CRIMINAL DE IMPERATRIZ COMEÇA MULTIRÃO DE JULGAMENTO

Começa hoje na segunda Vara Criminal de Imperatriz uma série de três júris que levam ao banco de réus acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Neilton Oliveira da Silva, o "Pelé", 25 anos, responde pelo homicídio da mulher com quem era casado há cinco anos: Cristiane da Conceição Santos de Sousa, 24 anos. O crime aconteceu em 2011, na data comemorativa do Dia dos Namorados – 12 de junho –, quando o réu teria atingido a vítima com 32 facadas. No segundo júri, amanhã, quem vai a julgamento é Eurismar Cássio Gomes, 44 anos. Ele responderá pelo homicídio de Sebastião Ribeiro da Silva, 45 anos, lavrador. No último júri da série, na quinta-feira, Antonio Rafael Brito, 25 anos, responderá pela tentativa de homicídio contra Ednaldo Tavares de Sousa, 28 anos. Consta do processo que em março de 2010, Ednaldo encontrava-se em casa com a companheira, Edinamaria, quando o réu chegou à residência do casal batendo na porta. Ante a negativa do casal em atendê-lo, Antonio Rafael teria derrubado a mesma, invadindo a casa.

1 Será assinada esta manhã, pelo presidente do Tribunal de justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, resolução que proíbe emissão de alvarás autorizando a exploração Federal, CLT e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O documento proibindo o trabalho de adolescentes será encaminhado a todos os magistrados do Estado com as ressalvas exigidas por lei.

■ SAÚDE

Busca de solução negociada

Secretaria de Saúde do Estado quer participação do Poder Judiciário para reduzir a "judicialização" em questões de cirurgias e fornecimento de medicação

Ontem, em reunião entre o secretário de Estado de Saúde, Ricardo Murad, e o corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, foi discutida a necessidade de maior interação do Poder Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública. Em pauta, a diminuição das demandas judiciais na área da saúde. No encontro foi proposta a realização de um seminário, voltado para defensores, promotores de justiça e juízes, para discutir as atribuições do poder público - nas esferas federal, estadual e municipal - na assistência à saúde da população.

Da reunião participaram membros do comitê estadual de monitoramento das demandas judiciais na área da saúde: os juízes João Santana e Raimundo Neris; a defensora pública Isabel Cristina Araújo Sousa; e os gestores Sílvia Leite e Egídio Ribeiro, representando a Secretaria de Estado de Saúde (SES). O comitê foi criado em todos os estados por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Entendemos que é preciso ampliar o debate sobre a saúde pública, para que todos tenham amplo conhecimento sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Hoje, todas as demandas judiciais estão voltadas para o Estado, apesar das atribuições conferidas à União e aos municípios", disse o secretário Ricardo Murad.

No encontro, os juízes João Santana e Raimundo Neris citaram diversos casos em que tomaram decisões contra o Estado, com relação ao fornecimento de medicamentos de alto custo e a tratamentos de alta complexidade, inclusive para atender pacientes que tiveram atendimento negado pelos planos de saúde. Eles concordaram que é preciso haver uma maior articulação entre as instituições envolvidas para melhor embasar as demandas judiciais. "Cabe a nós encontrarmos o melhor caminho para atender às necessidades da população", disse João Santana.

O corregedor Cleones Cunha disse que a Corregedoria está à disposição do Estado para encontrar soluções para as questões judiciais que

envolvem a saúde. Ricardo Murad aproveitou o encontro para convidar os magistrados a conhecerem as unidades da rede estadual de saúde.



Entendemos que é preciso ampliar o debate sobre a saúde pública, para que todos tenham amplo conhecimento sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Hoje, todas as demandas judiciais estão voltadas para o Estado, apesar das atribuições conferidas à União e aos municípios

Ricardo Murad,
secretário



Ricardo Murad, secretário estadual de Saúde, em reunião com integrantes do Comitê Estadual de Monitoramento das demandas judiciais na área de saúde

Polícia

Ação da Polinter desarticula criminosos por tentativa de homicídio

Uma ação da equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter), na manhã desta segunda-feira (14), resultou no cumprimento de um mandado de prisão preventiva contra Alidaiana Sousa Peixoto, conhecida como "Dadá", 35 anos, acusada de tentar assassinar seu ex-companheiro José Ernandes, no ano de 2009.

De acordo com informações do chefe de Captura da Polinter, Carlos Oliveira, repassadas pelo serviço do Disque Denúncia (3223 5800), apontaram a localização da acusada que se encontrava na residência do seu irmão localizada na Travessa Júlia, nº 26, bairro Vila Palmeira.

Conforme investigações da Delegacia Especializada, a Alidaiana estava residindo atualmente em Brasília, no Distrito Federal. Ainda conforme investigações, a Polícia recebeu informações de que ela estaria na capital maranhense no mês maio, na residência de seu irmão. Com base nas informações, a Polícia conseguiu localizar e prender a acusada.

Dadá estava com um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

Tentativa de homicídio

Sobre a tentativa de homicídio, a Polícia levantou a

informação que o crime teria ocorrido no ano de 2009, quando a acusada desferiu uma facada em seu ex-companheiro, José Ernandes.

Após a prisão, Alidaiana Sousa foi ouvida na Delegacia. Logo depois do interrogatório foi encaminhada ao Presídio Feminino no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde aguardará a decisão judicial.

Outra prisão - A outra detenção foi de Francimilton Lopes, conhecido como "Boca", 56 anos, residente na Rua da Fé em Deus, no bairro do João de Deus, ocorrida também, nesta segunda-feira (14), por volta das 12h.

Segundo informações,

ele teria tentado matar com uma facada Marcelo Fernando de Sousa Castro, no ano de 2004, no bairro da Cohama.

De acordo com a Polícia, Francimilton Lopes fora localizado próximo ao Instituto de Identificação, por meio de informações do Disque Denúncia, durante a manhã desta segunda-feira.

Contra o acusado existe um mandado de prisão preventiva pelo crime de tentativa de homicídio, expedido pela Juíza Ana Célia Santana, da 3ª Vara Criminal da Capital maranhense.

Francimilton foi levado a sede da Polinter, para posterior recambiamento ao Centro de Triagem em Pedrinhas.

Maranhão

Presidente do TJMA assina resolução que proíbe exploração de mão-de-obra de adolescentes

O presidente do Tribunal de justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, assina nesta terça-feira (15), às 9h30, Resolução que proíbe emissão de alvarás autorizando a exploração de mão-de-obra de menores de 16 anos.

A medida cumpre o que está previsto na constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e coloca o Judiciário Maranhense entre os primeiros da região Nordeste a tomar essa iniciativa. O documento proibindo o trabalho de adolescentes será

encaminhado a todos os magistrados do Estado com as ressalvas exigidas por lei.

A partir de 14 anos é permitido o trabalho de adolescentes como menor aprendiz, e 16 anos observadas às recomendações do ECA. A “legalidade” da expedição das autorizações é contestada pelo princípio da prioridade absoluta, com base no artigo 7º da Constituição Federal e dos artigos 60 e 69 do ECA, que proíbe entre outros exercícios o trabalho em locais insalubres, perigosos e noturnos que causem prejuízo à saúde física e mental desses trabalhadores.

Maranhão

Deputado busca solução para questão fundiária em Vila Nova dos Martírios

O deputado Antônio Pereira (DEM) — membro da comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa — prometeu nesta segunda-feira (14) que vai acionar o Congresso Nacional, o Tribunal da Justiça, o Incra, o Ibama e o Iterma, para resolver o problema fundiário enfrentado por cerca de 500 pessoas de 100 famílias de lavradores dos município de Vila Nova dos Martírios, despejados das terras onde viviam e trabalhavam há mais de 30 anos pela mineradora Vale e pela Suzano Celulose.

A decisão foi tomada depois que Antônio Pereira participou, na última quinta-feira (10), no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do município de Vila Nova dos Martírios, da uma grande audiência pública promovida, a seu pedido, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia

Legislativa. Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente da Comissão, deputado Bira do Pindaré (PT), que acatou a iniciativa.

Durante a audiência, o democrata foi informado que as famílias, que antes moravam e trabalhavam nos povoados “Deus Proteja” e Cuverlândia, estão passando necessidades e jogadas na rua. Os lavradores denunciaram que foram expulsos porque a Vale e a Suzano alegam a posse da terra. Alegam que as empresas deveriam conceder compensação para todas as famílias. “Vamos mediar e tentar resolver esse impasse, que traz graves problemas sociais para Vila Nova dos Martírios”, afirmou o deputado.

O ex-prefeito de Vila Nova dos Martírios, João Pinto, reclamou que a Vale e a Suzano trouxeram grandes problemas sociais para Vila Nova dos Martírios, principal-

mente para as comunidades rurais, que agora protagonizam cenas de despejo de lavradores de suas casas e destruição das plantações, que serviam de sustento para milhares de pessoas. “O Incra e o Ibama deviam defender os lavradores, mas multaram a associação em R\$ 50 mil”, declarou.

PRESENTES - Também participaram da audiência Pública o prefeito de Vila Nova dos Martírios, Wellington Moreira Pinto (PR), a presidente da Câmara de Vila Nova dos Martírios, Maria Sousa, o advogado dos posseiros, Amadeus Pereira, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Nova dos Martírios, Natal Silva, o representante da Igreja Católica, Francisco de Souza, e centenas de populares. Todos pediram a mobilização dos poderes constituídos em favor das famílias de lavradores.

Ficha Limpa

Tem gente de orelha em pé. É que o desembargador Antônio Guerreiro Júnior vai detalhar à Justiça Eleitoral a lista de condenados em decisão transitada em julgada, ou proferida por órgão colegiado desde julho de 2004, período que abrange a Lei da Ficha Limpa e, conseqüentemente, vai deixar muita gente de fora da corrida eleitoral deste ano. Pelo menos assim, o eleitor vai para a urna achando que vai votar em gente do bem. Até que o dinheiro, a bufunfa ou o cascalho falem mais alto.

■ Proibição

O presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, assina hoje Provimento que proíbe emissão de alvarás autorizando a exploração de mão de obra de menores de 16 anos.

A medida cumpre o que está previsto na constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e coloca o Judiciário Maranhense entre os primeiros da região Nordeste a tomar essa iniciativa.

A partir de 14 anos é permitido o trabalho de adolescentes como menor aprendiz, e 16 anos observadas às recomendações do ECA.

A legalidade da expedição das autorizações é contestada pelo princípio da prioridade absoluta, com base no artigo 7º da Constituição Federal e dos artigos 60 e 69 do ECA, que proíbe entre outros exercícios o trabalho em locais insalubres, perigosos e noturnos que causem prejuízo à saúde física e mental desses trabalhadores.

■ Luiza Oliveira

A secretária dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira; a presidente da Fundação da Criança e do Adolescente, Floripes Pinto; a diretora técnica, Ruth Mary Gonçalves; e a coordenadora de programas socioeducativos, Eunice Fernandes visitaram à unidade de internação provisória Centro da Juventude Semear e à unidade de semiliberdade Cento da Juventude Cidadã, na cidade de Imperatriz, no dia 26 de abril. A reunião com o Sistema de Garantia de Direitos contou com a presença do juiz Delvan Tavares Oliveira (titular da Vara de Imperatriz), do promotor João Marcelo Moreira Trovão (promotor de Justiça de Imperatriz), do comandante da Polícia Militar e delegado da Delegacia do Adolescente Infrator. Na reunião foram discutidas questões referentes ao monitoramento das ações das unidades; escolarização, atividades internas e externas para os adolescentes, espaço físico, entre outros assuntos.

PINHEIRO***Tribunal do Júri absolve dois e condena um réu no mês de abril***

No último mês de abril, o Tribunal do Júri da Comarca de Pinheiro realizou três sessões de julgamento, sendo registradas duas absolvições e uma condenação. No dia 16 de abril, o réu Manoel Edvaldo Leite, o "Vadico", acusado do homicídio praticado contra José Raimundo Rodrigues Silva, fato ocorrido no dia 1º de maio de 2004, foi absolvido pelo Conselho de Sentença, que acaudou a tese de legítima defesa.

Também foi absolvido, na sessão do dia 25 de abril, o acusado José Maria Pinheiro Barros pela tentativa de homicídio contra a pessoa de Antônio dos Santos Pereira, que foi atingido por vários disparos de arma de fogo em 19 de setembro de 2003. Igualmente neste caso prevaleceu a tese de legítima defesa, sustentada pelo advogado do réu, João José da Silva.

Na sessão realizada no dia 27 de abril, o Conselho de Sentença acolheu a tese de homicídio qualificado por motivo fútil, sustentada pelo Ministério Público, e condenou o acusado José Ribamar Andrade Martins a 16 anos de reclusão, pena a ser cumprida inicialmente em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís. No momento, o condenado encontra-se foragido.

De acordo com os autos, no dia 12 de março de 2001, José Ribamar, após ser cobrado por uma dívida, disparou vários tiros contra a vítima Vicente Pereira Filho, no bairro Japonês, em Pinheiro.

Em todos os julgamentos, o Ministério Público foi representado pelos promotores de Justiça Ruy Vieira de Carvalho e Antônio de Pádua Luz.

2ª Vara Criminal de Imperatriz inicia série de júris nesta terça

A 2ª Vara Criminal de Imperatriz inicia, hoje (15), uma série de três júris que levam ao banco de réus acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Sob a presidência da titular da unidade, a juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, os julgamentos acontecem em Davinópolis (termo judiciário) e na sede da comarca.

Neviton Oliveira da Silva, o "Pelé", 25 anos, é o réu do primeiro Tribunal do Júri, marcado para esta terça-feira, às 8h, na Câmara Municipal de Davinópolis. Ele responde pelo homicídio da mulher com quem era casado há cinco anos: Cristiane da Conceição Santos de Sousa, 24 anos.

O crime aconteceu em 2011, na data comemorativa do Dia dos Namorados – 12 de junho –, quando o réu teria atingido a vítima com 32 facadas. O fato teria ocorrido após uma discussão entre Neviton e Cristiane, motivada por ciúmes do acusado.

Segundo a juíza Suely Feitosa, a data e a violência do ato causaram grande comoção na população. Para resguardar a integridade física do preso e dos demais presentes, a magistrada pediu reforço policial para o

julgamento. Neviton encontra-se preso.

Faca – No segundo júri, na quarta-feira (16), quem vai a julgamento é Eurismar Cássio Gomes, 44 anos, sem profissão definida. No júri, que ocorrerá no Salão de Júri de Imperatriz, o acusado responderá pelo homicídio de Sebastião Ribeiro da Silva, 45 anos, lavrador.

Segundo consta dos autos, no dia 17 de dezembro de 2001 Eurismar atingiu a vítima com um golpe de faca no abdômen e não teria continuado os golpes devido à intervenção de terceiros.

Transportado para um hospital, Sebastião morreu no dia 25 de dezembro. Eurismar encontra-se foragido.

Ciúmes – No último júri da série, na quinta-feira (17), Antônio Rafael França Brito, 25 anos, pintor, responderá pela tentativa de homicídio contra Ednaldo Tavares de Sousa, 28 anos, sem profissão definida.

Consta do processo que no dia 28 de março de 2010, por volta das 2h, Ednaldo encontrava-se em casa com a companheira, Edinamaria, quando o réu chegou à residência do casal batendo na porta. Ante a negativa do casal

em atendê-lo, Antônio Rafael teria derrubado a mesma, invadindo a casa.

Usando de uma faca de aproximadamente 30 cm, o réu teria aplicado um golpe na vítima, que revidou com uma paulada na cabeça de Antônio Rafael, dando início a uma luta corporal, quando o acusado aplicou outros sete golpes de faca na vítima e fugiu.

Segundo o processo, o crime teria sido motivado por ciúmes – Edinamaria teria terminado um relacionamento com Antônio Rafael para começar outro com Edinaldo. Edinaldo foi intimado a depor.

Lei – “Essa é a primeira sessão de júris a ocorrer depois da alteração da lei e a partir da qual a competência de júri voltou para as Varas Criminais”, disse Suely Feitosa.

A juíza ressalta, também, a gravação áudio-visual das audiências, que segundo ela, é um procedimento adotado há mais de dois anos pelos juízes criminais de Imperatriz. Para a magistrada, além de agilizar o trabalho, a gravação garante a fidedignidade dos depoimentos.

Polinter captura dois acusados por tentativas de homicídios

POR GABRIELA SARAIVA

Agentes da Polícia Interestadual (Polinter) prenderam duas pessoas que estavam com mandados de prisão decretados pela Justiça, acusadas por tentativas de homicídios. A primeira a ser capturada foi Alidaiana Sousa Peixoto, conhecida como "Dada". Logo depois, foi preso Francimilton Lopes.

De acordo com a polícia, Alidaiana estava morando em Brasília e foi presa por volta das 10h de ontem, depois que a polícia recebeu informações de que ela estaria na casa de seu irmão, localizada na Travessa Santa Júlia, nº 26, Vila Palmeira. Ela é acusada de tentar matar seu ex-marido José Ernandes, com uma profunda facada.

O crime aconteceu no ano de 2009. Dadá estava com mandado de prisão preventiva decretado pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa, da 4ª Vara do Tribunal do Júri da capital. Alidaiana foi apresen-



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Alidaiana Sousa e Francimilton, presos por homens da Polinter

tada na Polinter e, em seguida, encaminhada para o Presídio Feminino, em Pedrinhas.

Às 12h de ontem, Francimilton Lopes, de 56 anos, foi preso com ajuda de informações fornecidas por meio do Disque-Denúncia (23223-5800), nas proximidades do Instituto de Identificação. Ele é morador da Rua Fé em Deus, no Bairro do João de

Deus, e estava com mandado de prisão decretado pela juíza Ana Celia Santana, da 3ª Vara Criminal da Capital.

Francimilton é acusado de tentar matar a facadas Marcelo Fernando de Sousa Castro, no ano de 2004, na Cohama. Ele foi apresentado na Polinter e depois encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

Tribunal de Justiça amplia rede de dados no interior do Estado

As comarcas de Tasso Fragoso e São Francisco do Maranhão estão recebendo novos links de dados para agilizar os procedimentos nas secretarias judiciais e no atendimento ao público que recorre diariamente à Justiça. Em ambas as unidades, a velocidade de acesso à internet, serviços e sistemas do Judiciário está quatro vezes maior em relação à capacidade anterior. A medida reduz as dificuldades de comunicação nas duas comarcas, que estão entre as que se localizam nas regiões mais distantes da sede do Judiciário. Tasso Fragoso, que pertence ao polo de Imperatriz, fica a 986 Km de São Luís. Já São Francisco do Maranhão, comarca do polo de São João dos Patos, fica a 705 Km da capital, na divisa com o Piauí.

Os links que aumentam a capacidade transmissão de dados já estão instalados em mais de 130 unidades judiciais e administrativas da capital e do interior, quadruplicando a velocidade de conexão entre os diversos setores e a Central de Processamento de Dados do TJMA, que fica em São Luís.



Guerreiro Júnior diz que os links vão melhorar a qualidade dos serviços forenses

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, diz que os links vão melhorar a qualidade dos serviços forenses. "Nosso objetivo é garantir a celeridade da Justiça e responder à altura as demandas da sociedade", salientou o presidente.

Links instalados – No interior do Estado, cerca de 100 comarcas já receberam os links de 2Mbps (megabits por segundo), entre elas Açailândia; Anajatuba; Araioses; Arari; Bacabal; Balsas; Brejo; Buriti; Buriti Bravo; Buriticupu; Caxias (fórum e juizado); Codó; Colinas; Coroatá; Chapadinha;

Estreito; Guimarães; Imperatriz (fórum, juizado e Turma Recursal); Itapecuru-Mirim; Itinga do Maranhão; João Lisboa; Lago da Pedra; Magalhães de Almeida; Matinha; Mirinzal e Olho d'Água das Cunhãs.

Os links foram instalados também nos fóruns das comarcas de Paço do Lumiar; Paulo Ramos; Pedreiras; Penalva; Pinheiro; Pio XII; Porto Franco; Raposa; Riachão; Rosário; São Vicente Férrer; Santa Inês; Santa Luzia; Santa Quitéria; Santa Rita; São Bernardo; São Domingos do Maranhão; São José de Ribamar; São Luís Gonzaga; São Mateus; Senador La Roque; Timbiras; Tutóia; Tuntum; Urbano Santos; Vargem Grande; Viana, Vitória do Mearim e Zé Doca.

As demais unidades que integram a nova rede de dados do Judiciário, também receberam novos links durante o ano de 2011 e contam agora com velocidade de 2 Mbps, passando a operar com velocidade de oito vezes maior. Para ser concluído o trabalho de expansão da rede faltam integrar apenas 11 das 112 comarcas do Maranhão.

TJ recupera prédios históricos no aniversário de São Luís

Casarões do século XIX, com padrão de arquitetura concebido nos moldes da arquitetura luso-brasileira, estão entre os monumentos que serão recuperados este ano pelo Poder Judiciário do Maranhão e adaptados para a instalação de unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

O projeto de revitalização, executado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, inclui quatro prédios de propriedade do Tribunal, a antiga sala das sessões plenárias e o relógio público do anexo do Palácio da Justiça, na Praça Pedro II. Os imóveis estão localizados na área de abrangência do Centro Histórico e urbano da capital e são protegidos por decretos de tombamento federal ou estadual.

O objetivo do projeto, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior é ampliar e melhorar a estrutura de atendimento do Poder Judiciário, e obter avanços qualitativos na prestação jurisdicional.

Ao autorizar as obras, o presidente exigiu o resgate criterioso da arquitetura original dos prédios. "Será uma homenagem do Judiciário a São Luís de quatro séculos de esplendor histórico", adianta.

O primeiro imóvel com obras



Guerreiro Júnior e o diretor Rui Barbosa visitam um dos prédios históricos do TJ em obras

confirmadas é o Solar Cesário Veras (Rua do Egito, nº 106, esquina com Beco do Couto). Estão ainda na lista casarões na Rua do Egito, nº 144-B; e na esquina da Rua dos Afogados com Rua Rio Branco, nº 404; e imóvel na Rua da Estrela, nº 52, anexo ao Tribunal.

O investimento nas obras será da ordem de R\$ 4 milhões da receita do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj).

A destinação das novas instalações está sendo avaliada pela administração do Tribunal, mas deverá contemplar espaço para atividades administrativas, como o atendimento aos encarcerados.

"Outros setores serão acomodados nos novos prédios até a construção da nova sede do Tribunal", informa diretor de Engenharia do Tribunal, Rui Barbosa Lima Sobrinho.

A recuperação de imóveis incluídos no patrimônio histórico e urbanístico de São Luís coincide com as comemorações dos 400 anos de aniversário a cidade, em setembro deste ano.

O Tribunal de Justiça começa esta semana a reforma do imóvel da Rua da Estrela. As outras obras têm início também previsto para este mês.

■ Atendimento suspense

Portaria editada pelo titular da 3ª vara da comarca de São José de Ribamar, juiz Márcio José Matos Costa, suspendeu o atendimento a advogados e partes no período de 21 a 25 do corrente.

De acordo com o documento, a suspensão atende à necessidade de cumprimento de grande número de decisões existentes na vara, bem como à organização na movimentação e localização de processos.

Tramitam atualmente na unidade 2116 processos, segundo dados do Relatório Mensal de Atividades – RMA do mês de abril.



**JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 21/2012**

O Pregoeiro Oficial da Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Maranhão - torna público aos interessados que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO, do tipo ELETRÔNICO, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, na forma seguinte:

OBJETO: Registro de Preços para **aquisição de material de informática para a Seção Judiciária do Maranhão.**

ENTREGA DA PROPOSTA: a partir de **15.05.2012**, às **09h00min (horário de Brasília/DF)**, através do sítio **www.comprasnet.gov.br**.

ABERTURA DA SESSÃO: em **25 de maio de 2012**, às **15h00min (horário de Brasília/DF)**, através do sítio **www.comprasnet.gov.br**.

EDITAL: à disposição dos interessados na Seção de Compras e Licitações - SECOM, no 1º andar do Anexo II da Seção Judiciária do Maranhão, localizada na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, nesta capital, no horário das 09h00 às 18h00 - horário local, ou através da internet, nos sites **www.comprasnet.gov.br** ou **www.ma.trf1.gov.br**.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Fone: 3214-5707
Fax: 3214-5754

São Luís-MA, 15 de maio de 2012.

Ricardo Luís da Silva
Pregoeiro da Justiça Federal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

15/05/2012 - JORNAL PEQUENO

1º CADERNO - VARIEDADES - SOCIAL RIBA UM - PAG.: 6

POSITIVA - CM.: 1 (1 x 1 col)

JAMIL DE MIRANDA GEDEON JORGE (...)

Jamil de Miranda Gedeon Jorge, desembargador, presidente do Tribunal de Justiça. Aniversaria sexta-feira.